

Dados do Projeto de Pesquisa	
Título do Projeto de Pesquisa:	Perspectivas e desafios da governança metropolitana – Uma análise comparativa Brasil-Portugal
Grande área/área segundo o CNPq (https://goo.gl/JB3tAs):	Ciências Sociais Aplicadas / Administração Pública
Grupo de Pesquisa vinculado ao projeto:	Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios
Linha de pesquisa do grupo de pesquisa vinculado ao projeto:	Arranjos institucionais e governança metropolitana
Categoria do projeto:	() projeto em andamento, já cadastrado na PRPI () projeto não iniciado, mas aprovado previamente (x) projeto novo, ainda não avaliado
Palavras-chave:	Governança metropolitana; Desenvolvimento urbano; Políticas públicas

1. INTRODUÇÃO

Portugal e Brasil são dois países que partilham um quadro de mudanças político-administrativas relacionadas às políticas urbanas em que a Região/Área Metropolitana (AM/RM) é uma realidade. Em tal quadro, problemáticas como ‘emergência’ versus ‘consolidação’, ‘metrópole vivida’ versus ‘metrópole institucional’ e, consequentemente, ‘governança territorializada’ versus ‘centralização neoinstitucionalizada’, tornam pertinente uma análise comparativa das realidades dos espaços metropolitanos entre estes países, sobretudo no que diz respeito à forma como se organizam os arranjos institucionais de governança metropolitana, bem como seus reflexos na definição das funções comuns e das políticas públicas.

Neste sentido, o presente projeto de pesquisa propõe a realização de uma análise comparativa entre Brasil e Portugal, que coloque em perspectiva o tema da governança metropolitana dando enfoque ao processo de consolidação desta nova territorialidade e à dinâmica da gestão destes espaços metropolitanos, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento territorial e o aprimoramento das políticas públicas. A pesquisa terá como locus de realização as Regiões Metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Salvador, no Brasil, e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, em Portugal. Trata-se de um projeto de pesquisa em rede, que será executado no âmbito da parceria firmada entre a Universidade Federal do Cariri, a Universidade Estadual do Ceará, a Universidade

Federal da Bahia e Universidade de Lisboa. Referida rede visa à construção de uma ambiência interinstitucional de pesquisa e difusão de conhecimentos e experiências sobre a temática. Em termos operacionais, o projeto se estrutura a partir da organização de um grupo de pesquisadores em cada uma das universidades parceiras e da realização de missões de pesquisa/visitas técnicas às diferentes realidades metropolitanas investigadas tendo em vista o contato com as administrações metropolitanas e a coleta de informações, bem como intercâmbio científico entre as equipes de pesquisa.

Conforme expressado na Carta Mundial pelo Direito à Cidade, iniciamos o século XXI com mais de metade da população mundial vivendo nas cidades. De acordo com as projeções da Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), este cenário será ainda mais aprofundado ao longo deste século. Na América Latina, cerca de 78% da população já é urbana o que a posiciona muito acima da média mundial. Este acelerado ritmo de urbanização traz consigo consideráveis impactos na configuração das sociedades, da economia e das culturas, constituindo terreno fértil de oportunidades de investigação, de discussão e de intervenção pública.

Pelas suas múltiplas imbricações e implicações, o debate extrapola os limites do campo do urbanismo e insere-se nas discussões de outras áreas do conhecimento como a administração pública. No âmbito das políticas públicas, ganham força os discursos de criação de projetos estratégicos de cidades, construídos sob a pretensa possibilidade de propor soluções adaptáveis tendo em conta os diferentes contextos territoriais, suas condições, capitais endógenos e seus atores. É deste contexto que emerge a necessidade de diagnósticos para pensar ações voltadas ao delineamento de novos modelos de desenvolvimento e governança que reconheçam a centralidade do cidadão e do território no trato das questões urbanas e estejam pautados na sustentabilidade, na diversidade de modos de vida e de formas de fruir a cidade.

A profunda mudança da escala e natureza do desenvolvimento urbano a que se assistiu nas últimas décadas, alterou significativamente o modo pelo qual as políticas públicas urbanas e territoriais se constroem. No Brasil e em Portugal, a discussão das Regiões/Áreas Metropolitanas, enquanto nova territorialidade funcional, político-administrativa, percebida e vivida, tem ganho um enorme peso na agenda política e acadêmica. Face à necessidade de dar resposta às inerentes exigências das novas dinâmicas de nível metropolitano, os quadros político-institucionais que, nos dois países, levaram à instituição de RM/AM, têm suscitado o debate sobre a adoção de novos arranjos organizacionais mais flexíveis e abertos que fomentem soluções inovadoras de intervenção pública, de coordenação de atores e de articulação de políticas. No entanto, a discussão conceitual em torno das regiões metropolitanas e seus tipos: ‘emergentes’ e ‘consolidadas’; da ‘metrópole institucional’ à ‘metrópole real’ (ABADIA & SEIXAS, 2017); que ‘territorializam a governança’ ou que ‘neoinstitucionalizam a centralização’ (FERREIRA & SEIXAS, 2017); evidencia a polissemia em torno do conceito de região metropolitana e a necessidade de avançar na identificação de elementos comuns que as caracterizem e que auxiliem no delineamento de estratégias de colaboração e ação concertada entre os diversos atores.

No caso específico do Brasil, observam-se avanços recentes no estabelecimento de parâmetros institucionais e normativos que definem critérios para a definição das regiões metropolitanas, bem como instituem mecanismos de planejamento e gestão e

formas de cooperação interfederativa. A Lei nº 13089/2015, mais conhecida como Estatuto da Metrópole, estabelece as “diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal”.

Todavia, em que pesem os avanços em termos jurídicos e institucionais em termos de reconhecimento de aglomerados urbanos enquanto regiões metropolitanas, observam-se também diferenças substanciais quanto à integração dos municípios à dinâmica da aglomeração, entendida como o adensamento de fluxos econômicos e populacionais. Disso resultam unidades regionais bastante diferentes quanto ao efetivo processo de metropolização, o que dificulta a construção de sistemas de governança metropolitana.

O espaço metropolitano abriga, além do grande quantitativo populacional, diversas atividades geradoras de riqueza e alvo de diversos investimentos, porém, com a mesma intensidade, abriga uma parcela considerável de problemas, tais como: desigualdade social, pobreza, violência urbana, problemas ambientais, desemprego, periferização urbana, serviços públicos precários, entre outros. Dessa forma, trabalhar com os aspectos metropolitanos não é tarefa das mais simples, tendo em vista a grande quantidade de processos, consequências e repercussões que os cercam e as particularidades do processo (NASCIMENTO, 2018). Entre os inúmeros desafios metropolitanos, pode-se destacar três: “O do desenvolvimento do país, o da superação das desigualdades socioespaciais e o da governança democrática da sociedade” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2005).

A criação de áreas ou regiões metropolitanas vincula-se à existência de uma mesma unidade socioeconômica que, por sua vez, implicará na existência de problemáticas comuns que, por envolverem/impactarem a mais de um município/província só podem ser solucionadas a partir da cooperação entre os municípios e as outras instâncias governamentais/territoriais por meio de serviços, políticas ou funções públicas de interesse comum. Sendo assim, essas funções públicas de interesse comum – FPIC derivam de determinados problemas que escapam à alçada administrativa e, especialmente, orçamentária da esfera municipal e, para que possam ser sanados, necessitam da articulação entre os entes federados (NASCIMENTO, 2018).

A Região Metropolitana do Cariri (RMC) pode ser tomada como expressão local destes problemas e desafios elencados. Criada pela Lei Complementar Estadual nº 78, de junho de 2009, a partir da conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, a RMC enfrenta uma série de dificuldades à sua consolidação enquanto efetivo instrumento de desenvolvimento territorial. Como metrópole regional inserida em um contexto de desigualdades inter e intraregionais e criada em um momento complexo, marcado por intensa crise fiscal e restrição de gastos e investimentos. Todavia, reconhece-se aqui que, tão importante quanto a análise e identificação dos problemas resultantes do modelo de gestão metropolitana, é a elaboração de alternativas capazes de atenuar o quadro de precariedades experimentadas pelos habitantes destes territórios e apontar caminhos para o aprimoramento da política. O fato de ser recém-criada abre caminhos também para a estruturação de arranjos inovadores de gestão e

governança metropolitana, o que inaugura importantes possibilidades em termos de pesquisa e desenvolvimento.

Este cenário amplia a relevância desta pesquisa com base no entendimento de que a comparação entre regiões metropolitanas que se encontram em diferentes estágios de consolidação pode aportar conhecimento útil e aplicável ao delineamento de estratégias inovadoras e ao aprimoramento das políticas públicas e dos mecanismos de gestão metropolitana.

Uma vez apresentados o problema central de pesquisa a ser abordado e o contexto político e institucional em que se insere e que justifica a sua pertinência e relevância, convém apresentar o aporte teórico que dá ancoragem a esta investigação.

Um dos temas centrais na discussão sobre regiões e áreas metropolitanas diz respeito ao constructo “governança”. O termo pode ser definido como “uma mudança no entendimento de governo, significando um novo processo de governação ou uma mudança das regras, ou ainda um novo método pelo qual a sociedade é governada” (RHODES, 1996, pp. 652-653). No entanto, trata-se de um conceito polissêmico, o qual remete para uma multiplicidade de abordagens, algumas delas complementares, outras, nem tanto. O seu uso permeia ainda diversos campos de conhecimento, dentro e fora das Ciências Sociais. Um primeiro registro do termo é encontrado na obra de Coase (1937), *The Nature of the Firm*, sendo retomado posteriormente por Williamson (1970) para tratar das decisões e operações empresariais relacionadas à hierarquização e terceirização. No campo da ação pública estatal, a noção clássica de governança está relacionada à ação do Estado e aos processos de decisão dos governos. Todavia, os estudos contemporâneos, sobretudo a partir dos anos 90, reconhecem que a concepção de governança extrapola o ato de governar e está para além da ação dos governos, salientando a necessidade de articulação e partilha de decisões com outros atores sociais.

Rosenau (2000, apud DALLABRIDA e BECKER, 2003, p. 80) apresenta esta diferença entre governo e governança. Para o autor, o governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder jurídico que garante a implementação das políticas devidamente instituídas; enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, de poder jurídico para que sejam aceites e vençam resistências. Hatchuel (2000) acrescenta que a governança pode também ser entendida como o poder compartilhado ou a ação coletiva gerida, deliberada e sistemática. Neste quadro, a natureza horizontal, democrática e participativa da governança passa a ser valorizada. Já Milani e Solinís (2002, p.273), elencam alguns aspectos frequentemente evidenciados na literatura sobre governança, entre eles: (1) a legitimidade do espaço público em construção; (2) a repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados; (3) os processos de negociação entre os atores sociais (os procedimentos e as práticas, a gestão das interações e das interdependências que desembocam ou não em sistemas alternativos de regulação, o estabelecimento de redes e mecanismos de coordenação); e (4) a descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar.

No entanto, Governa (2010) chama atenção para as diferenças significativas entre as ‘concepções tradicionais’ e as ‘novas formas’ de governança. Nas concepções tradicionais, ainda que haja participação de outros atores, o poder de decisão deles é

relativo estando subordinado à ação do Estado. O Estado figura como coordenador das interações entre os atores, definindo as prioridades e as formas de relação entre os diferentes atores e interesses (GOVERNA, 2010, p.676). As novas formas de governança distinguem-se deste modelo tradicional, tanto pela pluralidade das relações entre atores quanto pela coexistência de formas de interação formais e informais entre atores públicos e privados, muitas das quais travadas fora da arena estatal.

Isso é claro no campo das reformas em curso na administração pública. De acordo com Bovaird e Löffler (2002), os governos começam agora a compreender que, embora a excelência de prestação de serviços continue a ser importante, não é mais suficiente. A aplicação de modelos (como a Nova Gestão Pública) centrados na excelência dos serviços desvendou a existência de "problemas perversos", os quais não se resolvem simplesmente através da melhoria do serviço em cada uma das agências envolvidas. É neste quadro que a governança pública tem se afirmado como uma nova geração de reformas no setor público em que o interesse está, não só na qualidade dos serviços, mas também na melhoria na qualidade de vida dos cidadãos e dos próprios processos de governança, isto é, na "boa governança" (BOVAIRD E LÖFFLER, 2003).

Neste quadro, Bovaird e Löffler (2003) entendem 'governança pública' como sendo as formas pelas quais as partes interessadas interagem umas com as outras para influenciar os resultados de políticas públicas, as quais incidem sobre a qualidade de vida. Já por "boa governança", entendem a negociação por todas as partes interessadas numa questão (ou área) de melhoria dos resultados das políticas públicas e princípios de governança acordados, os quais são ambos implementados e regularmente avaliados por todas as partes interessadas. Em outras palavras, a qualidade de vida é o objetivo, as políticas públicas o meio e a boa governança é o melhor modelo para, num determinado contexto, garantir resultados.

De acordo com Grindle (2004), a boa governança exige melhorias que afetam praticamente todos os aspectos do sector público, desde instituições que estabelecem as regras do jogo para a interação económica e política, às organizações que gerem sistemas administrativos e entregam bens e serviços aos cidadãos, aos recursos humanos que integram as burocracias governamentais e à interface de funcionários e cidadãos em arenas políticas e burocráticas. Assim, práticas como responsabilidade social, respeito pelo estado de direito e participação pública na elaboração de políticas, são muitas vezes considerados como traços de boa governança (HENDRIKS, 2014). Neste contexto, Bovaird e Löffler (2003) argumentam que existe agora mais interesse em "medir" o sucesso das intervenções públicas em termos de mudanças de qualidade de vida que elas trazem para os cidadãos, ao invés da qualidade das próprias intervenções. Como consequência desta mudança de orientação, há agora um grande desafio para encontrar maneiras de avaliar melhorias na qualidade de vida, particularmente ao nível regional e local.

Assim, a relação entre governança e políticas públicas e os modos de interação entre os diferentes tipos de atores e os diversos níveis administrativos (centrais, regionais e locais) envolvidos na formulação de políticas, tem hoje considerável importância (HOOGHE & MARKS, 2003; SKELCHER, 2005; BENZ, 2012; COMMITTEE OF THE REGIONS, 2012). Neste quadro, além da governança multinível, o território (BARCA, 2009) e, especificamente, as regiões (OCDE, 2009; CE, 2011), têm sido afirmados como novos centros de racionalidade das políticas públicas e a

territorialização de políticas e da governança passou a ser o paradigma a ser seguido remetendo para a necessidade de novos modelos de governança territorial.

Frey (2012) especifica esta necessidade, centrando-se na noção de governança para espaços metropolitanos como útil por potencializar respostas articuladas e multidisciplinares para as novas escalas dos problemas urbanos, evidenciando o papel cada vez mais ativo exercido pelas cidades ou regiões. Para além do componente institucional exercido pelos acordos formais entre governos e organismos públicos, convém observar também os diversos fluxos de relações e redes que se estabelecem entre os distintos atores não estatais e a forma como também contribuem para o desenvolvimento metropolitano, sobretudo assumindo o desafio de articulá-las às práticas institucionais já existentes e fortalecer os arranjos metropolitanos.

No entanto, as pesquisas mais recentes sobre os processos de governança nas AM/RM e o seu papel intermediador e de tradução na territorialização de políticas têm evidenciado uma série de problemáticas, tais como a discussão do conceito de RM e seus tipos: ‘emergentes’ e ‘consolidadas’; da ‘metrópole institucional’ à ‘metrópole real’ (ABADIA & SEIXAS, 2017); ‘territorialização estratégica’ versus ‘neoinstitucionalização instrumental’; ‘inovação/ aprendizagem institucional’ versus ‘rede fechada de policymakers e consultores’ (FERREIRA & SEIXAS, 2017); objetivos/ fins bottom-up versus instrumentos/ meios top-down (DIAS & SEIXAS, 2018), as quais impõem uma nova agenda investigativa. É neste duplo cenário de necessidade e oportunidade que se ressalta a relevância e o propósito deste projeto.

2. OBJETIVOS

A investigação ora proposta tem como objetivo geral **analisar os desafios e perspectivas da governança metropolitana a partir da comparação entre realidades metropolitanas brasileiras e portuguesas.**

Para uma melhor consecução deste objetivo geral, foram estabelecidos quatro objetivos específicos, quais sejam:

1. Caracterizar as Regiões/Áreas metropolitanas objeto desta pesquisa em termos socioeconômicos e socioespaciais;
2. Analisar a forma como se configuram os arranjos institucionais de governança metropolitana;
3. Verificar como são definidas e executadas as funções públicas de interesse comum;
4. Identificar a existência de projetos de desenvolvimento metropolitano envolvendo cooperação entre diferentes atores governamentais.

Cada objetivo específico se desdobra em algumas metas que, por sua vez, norteiam os procedimentos metodológicos e os resultados esperados.

3. METODOLOGIA

O projeto terá duração de 24 meses, compreendidos entre os anos de 2018 e 2020 e se estrutura em 04 fases interdependentes e complementares.

- **Fase 1 – Estruturação das equipes de pesquisa**

A primeira fase, já parcialmente realizada diz respeito à constituição das equipes de pesquisa em cada uma das instituições parceiras que são signatárias deste projeto. Em cada instituição haverá um grupo de pesquisa responsável. Assim, o projeto conta com o envolvimento de 05 grupos de pesquisa, sendo 04 do Brasil e 01 de Portugal. Os grupos de pesquisa envolvidos na proposta possuem uma larga trajetória de envolvimento nos temas da inovação, gestão social e desenvolvimento de cidades e territórios.

Na UFCA, o grupo de pesquisa responsável pela proposta é o Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios, que tem o objetivo de constituir-se como um espaço de referência na apreensão, articulação e difusão de conhecimentos teóricos e experiências práticas em gestão de cidades e territórios, congregando professores, pesquisadores e estudantes interessados na temática e desenvolvendo estudos, pesquisas, formação, consultorias e projetos que contribuam para a consolidação deste campo de estudos. O projeto conta ainda com a colaboração do Laboratório Interdisciplinar e Estudos em Gestão Social (LIEGS), também cadastrado e certificado pela UFCA como grupo de pesquisa no Diretório do CNPq, e com larga trajetória no desenvolvimento de projetos de pesquisa em rede.

A equipe do projeto na UFCA é composta por 05 professores pesquisadores, quais sejam: Prof. Dr. Jeová Torres Silva Jr. (coordenador); Prof. Dr. Francisco Raniere Moreira da Silva; Prof. Dr. Diego Coelho do Nascimento; Prof. Dr. Ives Romero Tavares do Nascimento e Prof. Me. Dimas de Castro e Silva Neto.

O terceiro grupo de pesquisa brasileiro parceiro é o grupo de Gestão Inteligente de Cidades (GESCID), vinculado ao programa de pós-graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará, sob a liderança do Prof. Dr. Hermano José Batista de Carvalho. O grupo tem se envolvido com pesquisas sobre cidades inteligentes e sustentáveis, open innovation e shared cities, no Brasil e no exterior. Além do Prof. Dr. Hermano Carvalho, outro membro do grupo envolvido na proposta será o Prof. Dr. Samuel Façanha Câmara.

O quarto grupo de pesquisa parceiro no Brasil é o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, liderado pela Professora Dra. Tânia Fischer. O CIAGS caracteriza-se como um centro que abrange atividades de pesquisa, ensino e extensão, oferecendo alternativas de qualificação para gestores sociais do desenvolvimento de territórios em múltiplas escalas, criando e testando modelos de formação apoiado em perfis de competência, bem como incentivando a produção e difusão do conhecimento na área. O desenvolvimento territorial é o objeto de estudo do CIAGS desde que este foi criado para se transformar em um centro de referência em gestão.

Por fim, o quinto grupo de pesquisa parceiro é o Centro de Administração e Políticas Públicas (CAAP) vinculado ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da

Universidade de Lisboa, em Portugal, cujos responsáveis pela pesquisa serão os Professores Dr. Joaquim Manuel Croca Caeiro, Dr. Paulo Seixas, Dra. Catarina Gomes, Me. Ricardo Cunha Dias.

- **Fase 2 – Realização das missões de pesquisa/visitas técnicas**

Prevê-se a realização de 04 missões de pesquisa, sendo 02 das equipes brasileiras às Áreas Metropolitanas de Portugal e as outras da equipe portuguesa às Regiões Metropolitanas brasileiras. As missões serão realizadas entre 2018 e 2019 e consistirão em visitas onde os pesquisadores terão contato com representantes das instâncias de gestão metropolitana, a fim de coletar informações por meio de entrevistas, documentos e outras fontes. Adicionalmente, estas missões assumem o propósito de fortalecer as ações de intercâmbio entre as diferentes instituições parceiras em termos de estudos e ações conjuntas como a realização de palestras, seminários e cursos de curta duração.

- **Fase 3 – Levantamento e análise das informações**

Levantamento e sistematização de dados das ações de governança desenvolvidas (concluídas e em andamento) e análise de tais ações em função dos objetivos específicos da pesquisa e a partir da consideração do papel e contribuição dos diferentes atores para a consolidação das AM/RM e do tipo de arranjos institucionais (horizontais e verticais) de gestão e governança (formal e informal) estabelecidos.

- **Fase 4 - Socialização**

Esta fase diz respeito a elaboração dos relatórios de pesquisa por Região Metropolitana contemplando os resultados referentes a cada objetivo específico, bem como as análises comparativas entre as regiões metropolitanas investigadas. Prevê-se ainda a realização de seminários comuns com as entidades participantes, com o objetivo de apresentação de linhas de ação visando dinamizar a cooperação e realização de estudos e intervenções pelas instituições vinculadas ao projeto nestas AM/RM, fazendo convergir o conhecimento teórico com as práticas observadas.

4. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS OU DE INOVAÇÃO DO PROJETO

Como mencionado anteriormente, a principal contribuição científica e tecnológica deste projeto está no seu potencial de fazer avançar o conhecimento no campo de estudos da governança metropolitana a partir da comparação entre realidades metropolitanas distintas, seja por sua localização em países diferentes ao ainda pelos seus estágios de consolidação diversos. Outro elemento de novidade da proposta diz respeito ao seu caráter interdisciplinar, deslocando a discussão da questão metropolitana do campo puramente do urbanismo e inserindo outras matrizes teóricas, mais ligadas ao campo da administração pública e das políticas públicas. Vale destacar ainda a natureza aplicada do conhecimento que se pretende produzir, cuja apropriação extrapola os limites acadêmico-científicos e se insere no campo das práticas de gestão urbana, sendo

passíveis de assimilação nos processos de governança metropolitana e produção das políticas públicas comuns.

Some-se a isso o papel estratégico que pode ser assumido pela Universidade Federal do Cariri na produção de conhecimento e sistematização de informações sobre a RMC e na atuação junto aos poderes públicos para o fortalecimento da governança desta região metropolitana. Para além da produção de conhecimento e contribuição às políticas públicas, convém destacar ainda que esta pesquisa está inserida em um conjunto articulado de ações desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos em Gestão de Cidades e Territórios, que envolve outros projetos de pesquisa, ensino, extensão e cultura. Neste sentido, ressalta-se a contribuição do projeto na diversificação dos temas de pesquisa institucionalizados no âmbito da UFCA, e na inserção desta universidade em redes nacionais e internacionais de pesquisa.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Fa-se.	2018				2019												2020							
	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8
1																								
2																								
3																								
4																								

REFERÊNCIAS

BOVAIRD, Tony, & LÖFFLER, Elke. Moving from excellence models of local service delivery to benchmarking “good local governance”. *International Review of Administrative Sciences*, 68(1), 9–24, 2002.

BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas SP: Editora da Unicamp. 2012.

CASTELLS, Manuel. Urban renewal and social conflict in Paris. 1972.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. Lei Complementar Nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Brasília: Senado Federal, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Lei Nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança no/do Território, Logo, Governança Territorial: Distância Entre Concepções Teóricas e a Prática. In: XV Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. (Anais). Recife- PE, Maio, 2013.

DIAS, Ricardo Cunha & SEIXAS, Paulo Castro. Modelos Regionais de Governança da Sustentabilidade: Uma Análise às Primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Regional em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 48, pp. 5-16, 2018.

_____. A gestão territorial através do diálogo e da participação. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: v. 11, n. 245, 2007.

_____; BECKER, Dinizar. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, v. 1, n. 2, p. 73-97, julho-dezembro, 2003.

FERREIRA, Filipe; SEIXAS, Paulo C. Portugal 2020 e o novo glossário do desenvolvimento territorial: territorialização ou neoinstitucionalização? *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*. 2017.

FISCHER, Tânia. O Futuro da Gestão. *HSM Management*, v.10, n.64, set./out., 2007.

_____. Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

_____. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais — Salvador da Bahia, cidade puzzle. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 74-88, maio/jun. 1997.

_____. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: FISCHER, T. *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. SILVA, Franciso Ranieri M. SOARES, Rodrigo Maurício F. Bosque das Bromélias: mobilizações do presente, virtualidades do futuro —uma construção paratética. In: FERNANDES, Ana. LACERDA, Norma. PONTUAL, Virgínia. *Desenvolvimento, planejamento e governança: expressões do debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR, 2015.

FLORENCE, Afonso. O Fenómeno Urbano como Fenómeno Cultural. In: RUBIM, Albino; ROCHA, Renata. *Políticas Culturais para as Cidades*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREY, Klaus. Abordagens de governança em áreas metropolitanas da América Latina: avanços e entraves. *Rev. Bras. Gest. Urbana*. Curitiba, v. 4, n. 1, p. 87-102, Junho, 2012.

_____. Governança Urbana e Participação Pública. *RAC-Eletrônica*, v. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, Jan./Abr. 2007.

GOVERNA, Francesca. Competitiveness and cohesion: urban government and governance's strains of Italian cities. *Análise Social*, v.45, n.º 197, p. 663-683, 2010.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Revista Piauí*, ed 82, Tribuna livre da luta de classes, São Paulo, 2013.

HATCHUEL, A. Prospective et gouvernance: quelle théorie de l'action collective. In: HEUGEON, E.; LANDRIEU, J. (coord.) *Perspective pour une gouvernance démocratique*. Colloque de Cerisy: Éditions de l'aube, 2000.

HILL, Michael. *The Public Policy Process*. Harlow: Pearson, 2004.

HOOGE, Lisbeth. *Cohesion Policy and European Integration: Building Multi-Level Governance*. Oxford, Clarendon Press, 1996.

HISSA, Cássio. Territórios de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M.T.F. E MILANI, C.R.S (Org), *Compreendendo a Complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2009.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Desafios contemporâneos na Gestão das Regiões Metropolitanas*. Comunicados do IPEA – Nº 116: IPEA, 2011.

KERSBERGEN, K. V., & VAN WAARDEN, F. "Governance" as a bridge between disciplines: Cross-disciplinary inspiration regarding shifts in governance and problems of governability, accountability and legitimacy. *European Journal of Political Res* (2004).

- KITTHANANAN, A. Conceptualizing governance: a review. *Journal of societal & social policy*, 5(3), pp. 1-19, 2006.
- KNOPP, G. ALCOROFADO, F. Governança Social, Intersetorialidade e Territorialidade em Políticas Públicas: O Caso da OSCIP Centro Mineiro De Alianças Intersetoriais (CEMAIS). III Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2010.
- Marks, Gary. An actor-centred approach to multi-level governance. *Regional & Federal Studies*, 6 (2), pp. 20-38, 1996.
- MARKS, G., HOOGHE, L. & BLANK, K. European Integration from the 1980s: State-Centric v. Multi-level Governance. *Journal of Common Market Studies*, 34 (3), pp. 341–378, 1996.
- MARKS, Gary. Structural Policy and Multilevel Governance in the EC. In Cafruny, A.W. & Rosenthal, G.G. (Eds.), *The State of the European Community*. Boulder: Lynne Rienner, 1993.
- MARKS, Gary. Structural Policy in the European Community. In Sbragia, A. (Ed.), *Europolitics. Institutions and policymaking in the new European Community*. Washington DC: Brookings Institute, 1992.
- MILANI, Carlos & SOLINÍS, Germán. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (Orgs). *Democracia e governança mundial – que regulações para o século XXI*. Porto Alegre: UFRGS/Unesco, 2002.
- NASCIMENTO, Diego Coelho do. Ser-Tão “metropolitano”: espacialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2018.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil - Como Andam as Metrôpoles Brasileiras: São Paulo, Rio De Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Goiânia, Belém, Natal, Maringá. Dezembro de 2005. Relatório Final – 21 de Dezembro de 2005.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de desenvolvimento humano 2013–A ascensão do sul: Progresso humano num mundo diversificado. PNUD, 2013.
- ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n 89, p. 89-109, Março, 2011.
- SILVA, Franciso Raniere M. Gestão do desenvolvimento territorial em empreendimentos de habitação social no Brasil. 2017. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- WILLIAMSON, O.E. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. *Administrative Science Quarterly*, n. 36, p. 269-296, 1991.

